
TUTELA DO MEIO AMBIENTE NA ESPANHA

Marcelo Ribeiro Losso

Doutorando em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR.
Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC/PR.
Assessor Jurídico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - PR
End. eletrônico: marcelosso@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata da tutela do meio ambiente na Espanha. Traz a previsão constitucional sobre o meio ambiente e as diversas formas de sua abordagem perante o Judiciário espanhol. Estuda o funcionamento e a resposta do Poder Judiciário espanhol sobre as causas envolvendo o meio ambiente. Apresenta um levantamento jurisprudencial das decisões do Tribunal Constitucional da Espanha e do Tribunal Supremo. Esclarece o funcionamento dos Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autônomas. Aponta que, para alcançar a tutela jurisdicional do meio ambiente, são utilizadas diversas vias.

Palavras-chave: Direito. Direito Ambiental. Desenvolvimento sustentável. Tutela. Poder Judiciário Espanhol.

RESPONSIBILITY FOR THE ENVIRONMENT IN SPAIN

Abstract: *The present paper intends to work with the responsibility for the environment in Spain. It deals with what the constitution says about the environment and the several possibilities of approach to it, according to the Spanish judiciary power as well as its functioning and response on matters involving the environment. It also presents a list of several juridical decisions of the Spanish Constitutional Tribunal and the Supreme Tribunal. This paper also brings light on the functioning of the Superior Tribunal of Justice of Independent Communities. It states that for the juridical responsibility of the environment to be reached, several routes are used.*

Key words: *Law. Environmental Law. Sustainable Development. Responsibility. Judiciary Power in Spain.*

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa a apresentar os principais aspectos concernentes à tutela do meio ambiente na Espanha, abordando a previsão constitucional sobre a matéria, o funcionamento e a resposta do Poder Judiciário espanhol sobre as causas envolvendo o meio ambiente.

Inicialmente foi realizado um levantamento jurisprudencial das decisões do Tribunal Constitucional da Espanha. Constatou-se uma quantidade muito reduzida de decisões versando sobre o meio ambiente naquela Corte. Passou-se então ao estudo da matéria no âmbito do Tribunal Supremo. Embora nessa Corte a quantidade de decisões fosse infinitamente maior, os assuntos tratados nem sempre se enquadram no que se entende usualmente como meio ambiente. Daí a se justificar um estudo mais aprofundado sobre a previsão constitucional sobre meio ambiente e as diversas formas de sua abordagem perante o Judiciário espanhol. Relevante, ainda, conhecer o funcionamento do contencioso-administrativo na Espanha e o porquê de diversas decisões judiciais sobre meio ambiente envolverem matéria de cunho administrativo.

2 PREVISÃO SOBRE MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA

A Constituição da Espanha traz os seguintes dispositivos específicos sobre o meio ambiente:

Artículo 45.

1. Todos tienen el derecho a disfrutar de un medio ambiente adecuado para el desarrollo de la persona, así como el deber de conservarlo.
2. Los poderes públicos velarán por la utilización racional de todos los recursos naturales, con el fin de proteger y mejorar la calidad de la vida y defender y restaurar el medio ambiente, apoyándose en la indispensable solidaridad colectiva.
3. Para quienes violen lo dispuesto en el apartado anterior, en los términos que la ley fije se establecerán sanciones penales o, en su caso, administrativas, así como la obligación de reparar el daño causado.

No artigo 46 traz, ainda, estipulações específicas sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico:

Artículo 46.

Los poderes públicos garantizarán la conservación y promoverán el enriquecimiento del patrimonio histórico, cultural y artístico de los pueblos de España y de los bienes que lo integran, cualquiera que sea su régimen jurídico y su titularidad. La ley penal sancionará los atentados contra este patrimonio.

A previsão constitucional de trazer num primeiro momento o direito a um meio ambiente adequado, para em outro artigo tratar do patrimônio histórico, cultural e artístico gera notória controvérsia no meio jurídico espanhol sobre o conceito e alcance de meio ambiente, inclusive para efeito de tutela estatal.

3 CONCEITO JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE

Uma notória controvérsia encontrada dentre os juristas espanhóis diz respeito ao conceito jurídico de meio ambiente ou à extensão do que se considera meio ambiente. São encontradas posições que trazem o sentido amplo (com a inclusão de elementos históricos, culturais e sociais), e sentido estrito (considerado meramente o campo físico). A Constituição espanhola não traz um conceito de meio ambiente nem enumera os elementos que o integram. Deixa tal tarefa aos doutrinadores e à jurisprudência. Os doutrinadores divergem, principalmente, quanto à inclusão ou não na conceituação de meio ambiente, de elementos não físicos ou naturais¹. Daí a se encontrar quem defenda um conceito de meio ambiente “amplo” e outros que defendam um sentido “estrito”.

3.1 *Sentido amplo do conceito de meio ambiente*

Nesta acepção a doutrina defende uma relação íntima ou interação entre o meio ambiente físico ou natural (ar, água, terra) e o meio humano.

Nesta concepção, o homem

[...] forma parte de la naturaleza pero a la vez la modifica, es criatura y además crea nuevas formas y estilos de vida. Los llamados bienes culturales, costumbres o fiestas populares, tradiciones ocupaciones artesanales antiguas, que revelan la identidad his-

¹ Dentre os que defendem um conceito “amplo” pode-se citar Fuentes Bodelón (FUENTES BODELÓN, 1980, p. 181,182) e Lopez Ramon (LOPEZ RAMON, 1981, p. 41-42). Dentre os defensores de um conceito “estrito” estão Martin Mateo (MARTÍN MATEO, 1991, p. 85.) e Rodriguez Ramos (RODRIGUEZ RAMOS, 1981, p. 33).

tórica de un pueblo, forman parte indiscutible de los bienes ambientales².

O italiano Severo Massimo Giannini³ concebeu três acepções do ambiente: I) relativo à paisagem (bezas naturais, centros históricos, parques naturais e bosques); II) a defesa do solo, do ar e da água; III) o urbanismo⁴. Foi precursor da delimitação do conceito jurídico de meio ambiente e foi o predecesor da discussão na doutrina espanhola, onde até então não havia estudos sobre a matéria, como reconhece Ivo Luis Figueroa Alegre⁵.

Assim, em amplo sentido, a concepção de meio ambiente é definida como uma integração do meio físico ou natural com os aspectos históricos, sociais e culturais.

3.2 Sentido estrito do conceito de meio ambiente

Nesta acepção o meio ambiente *“incluye aquellos elementos naturales de titularidad común y de características dinámicas; en definitiva el agua, el aire, vehículos básicos de transmisión, factores esenciales para la existencia del hombre sobre la tierra”*⁶.

Tal posição, bastante restritiva, nega tal qualidade até mesmo ao solo, dentre outras razões, porque

[...] a gestión del suelo o bien se reconduce a la ordenación global del territorio y a la lucha contra la erosión con trascendencia más amplia que la propia gestión ambiental, o bien a la postre, se conecta con ciclos del agua y del aire, bien en cuanto a las sustancias depositadas en el suelo y que en aquellos se transportan, bien en cuanto a eventuales alteraciones de estos ciclos al perturbarse las condiciones meteorológicas por obra por ejemplo, de la deforestación⁷.

Daí a concluir que tais posições são bastante distantes, o que merece uma manifestação judicial que dê os contornos do que se entende por meio ambiente.

² FUENTES BODELÓN apud JORDANO FRAGA, 1995, p. 61.

³ GIANNINI, 1973.

⁴ JORDANO FRAGA, 1995, p. 64.

⁵ ALEGRE, 2008. Disponível em <<http://vlex.com/vid/41651428>>. Acesso em 01 jan. 2010.

⁶ MARTÍN MATEO, 1991, p. 64.

⁷ Ibidem, p. 75-77.

3.3 Posição jurisprudencial

No âmbito do Tribunal Constitucional, podem-se apontar as seguintes decisões:

Na fundamentação jurídica da Sentença 64/1982, de 04.11.82, manifestou-se a Corte do seguinte modo:

Este es el caso del medio ambiente que gramaticalmente comienza con una redundancia y que, en el lenguaje forense, ha de calificarse como concepto jurídico indeterminado con un talante pluridimensional y por tanto interdisciplinar⁸.

Posteriormente, na Sentença 102/1995, de 26.06.95, de forma bastante completa, manifesta-se o Tribunal quanto ao conceito de meio ambiente e os elementos que o integram. Segundo a decisão, o conceito de meio ambiente é composto por

[...] el conjunto de circunstancias físicas, culturales, económicas y sociales que rodean a las personas ofreciéndoles un conjunto de posibilidades para hacer su vida [...]. En una descomposición factorial analítica comprende una serie de elementos o agentes geológicos, climáticos, químicos, biológicos y sociales que rodean a los seres vivos y actúan sobre ellos para bien o para mal, condicionando su existencia, su identidad, su desarrollo y más de una vez su extinción, desaparición o consunción.

Quanto aos elementos que o integram, o Tribunal Constitucional, no seu sexto fundamento, aponta que compõem o meio ambiente:

En definitiva, la tierra, el suelo, el espacio natural, como patrimonio de la Humanidad, produce unos rendimientos o “rentas”, los recursos, que son sus elementos y cuyo conjunto forma un sistema, dentro del cual pueden aislarse intelectualmente, por abstracción, otros subsistemas [...] así, el medio ambiente como objeto de conocimiento desde una perspectiva jurídica, estaría compuesto por los recursos naturales, concepto menos preciso hoy que otrora por obra de la investigación científica cuyo avance ha hecho posible, por ejemplo, el aprovechamiento de los residuos o basuras, antes desechables, con el soporte físico donde nacen, se desarrollan y mueren. La flora y la fauna, los animales y los vegetales y plantas, los minerales, los tres “reinos” clásicos de la naturaleza con mayúsculas, en el escenario que suponen el suelo y el agua, el espacio natural.

⁸ ALEGRE, loc. cit.

E adiante completa:

[...] se incorporan otros elementos que no son naturaleza, sino Historia, los monumentos, así como el paisaje, que no es sólo una realidad objetiva sino un modo de mirar, distinto en cada época y cada cultura [...] por otra parte, ligado a todo lo inventariado está el paisaje, noción estética, cuyos ingredientes son naturales – la tierra, la campiña, el valle, la sierra y el mar – y culturales, históricos, con una referencia visual, el panorama o la vista, que a finales del pasado siglo obtiene la consideración de recurso, apreciado antes como tal por las aristocracias, generalizado hoy como bien colectivo, democratizado en suma y que, por ello, ha de incorporarse al concepto constitucional del medio ambiente como reflejan muchos de los Estatutos de Autonomía⁹.

A interpretação e o alcance de meio ambiente dados pelo Tribunal Constitucional serão de grande relevância para compreender os julgados encontrados nas Cortes Superiores da Espanha, bem como seus objetos.

4 ACESSO AO JUDICIÁRIO

Embora o art. 45.1 da Constituição espanhola preveja que “*Todos tienen derecho a disfrutar de un medio ambiente adecuado para el desarrollo de la persona*”, há notória dúvida sobre a eficácia normativa do dispositivo. Isso porque estaria submisso à existência de legislação específica (45.3), ainda inexistente. Cumpre apontar que o art. 53.3 dispõe que os princípios do Capítulo III do Título I, onde se encontra o artigo 45, “*Sólo podrán ser alegados ante la jurisdicción ordinaria, de acuerdo con lo que dispongan las leyes que los desarrollen*”.

Daí a depreender que a mera invocação do artigo 45.1 não bastaria para obter a tutela jurisdicional, por falta de amparo legal. Resulta

⁹ ALEGRE, *loc. cit.*

dizer que o artigo 45.1 não regula um direito subjetivo absoluto, garantido constitucionalmente, motivo pelo qual não seriam tuteladas as situações jurídicas individuais.

4.1 Sobreposição do conteúdo do direito ao meio ambiente com o conteúdo de outros direitos de diferentes categorias

O presumível teor do direito de desfrutar do meio ambiente é enorme, talvez inatingível e, portanto, de muito difícil concretização legislativa. Soma-se a essa situação a indeterminação dos meios de defesa. Para que não resulte letra morta a defesa do meio ambiente, vislumbra-se a possibilidade de sobrepôr o conteúdo do direito ao meio ambiente com alguns conteúdos de outros direitos estabelecidos normativamente.

Assim, outros direitos e meios de proteção servem alternativamente como uma forma de execução. Isso explica por que os canais legais de proteção do direito ambiental são tão numerosos e variados (o que se denota em diversos sistemas jurídicos), pois uma pretensão com base em outra lei serve também para proteger o meio ambiente.

Raúl Canosa Usera, ao tratar dos Aspectos Constitucionais do Direito Ambiental¹⁰, comenta sobre essa sobreposição, apontando diversos casos.

O refúgio no conteúdo de outros direitos mais desenvolvidos e protegidos tem como principal sustentáculo o direito à vida e à integridade física e moral (art. 15 da Constituição da Espanha), que protegem um mínimo vital e podem, portanto, exigir custódia deles a partir de uma perspectiva ambiental. No entanto, é também verdade que nem todos os conteúdos do direito à vida são passíveis de serem invocados, pois o direito absoluto é aquele à vida. A qualidade de vida e do ambiente adequado para desenvolvimento pessoal são relativos, porque não podem ser realizados de imediato, e, por isso, não são exigíveis perante os Tribunais.

Há sobreposição também ao direito à proteção da saúde, regulado no Capítulo III do Título I da Constituição (art. 4º da Constituição da Espanha). A proteção deste direito é muito mais forte que do meio ambiente, e pode ser invocada para resguardá-lo quando as condições ambientais forem prejudiciais à saúde.

Também o direito à privacidade (art. 18) é a base de certas

¹⁰ USERA, 1996. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_094_075.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2010.

reivindicações ambientalistas.

Contudo, em muitas ocasiões, encontram-se limitações mútuas. Outros direitos são potencialmente afetados pela proteção do meio ambiente: a liberdade de circulação e residência (art. 19 da Constituição da Espanha), o direito de reunião e de expressão (art. 35), o direito ao trabalho (art. 53), ou o direito à educação.

Com o direito de propriedade e a livre iniciativa (arts. 33 e 38), o direito ambiental se relaciona de modo ambivalente e complexo. De um lado, a sobreposição com o direito de propriedade é invocada, para a proteção ambiental dos interesses do proprietário. Contudo, traz mútua limitação, quando o gozo da propriedade pode ocasionar danos ao meio ambiente. O conflito entre os dois direitos reflete a tensão entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. A liberdade econômica, o motor desse desenvolvimento, é limitada pela proteção a ser dispensada ao meio ambiente.

O equilíbrio entre os dois interesses é determinado pelo Estado, mas obrigado pelos fins constitucionais (art. 45), que levará à concretização de um ambiente adequado ao desenvolvimento do indivíduo. O direito de desfrutar do meio ambiente é direito econômico-social. Os direitos dessa natureza complicam a proteção dos direitos clássicos, exigindo uma ponderação entre eles.

Raúl Canosa Usera aponta, ainda, diversas formas de proteção de interesses do meio ambiente frente aos poderes públicos e frente aos particulares, por vias jurisdicionais, cujas principais serão agora comentadas:

4.2 Vias jurisdicionais para a proteção de interesses do meio ambiente frente aos poderes públicos e frente aos particulares

4.2.1 Alternativas

A ausência de meios específicos de proteção necessários para processar as causas envolvendo meio ambiente e a íntima relação deste com diversos aspectos da vida social, influenciando profundamente tais aspectos, permite utilizar de todos os meios e processos existentes, garantidores de outros direitos, para proteção ambiental.

Nesse contexto, a Lei Orgânica do Poder Judiciário, quando regulamenta de maneira generosa a legitimidade, serve para solidificar

um entendimento jurisprudencial, apoiado também pelo artigo 24.1 da Constituição espanhola.

A descrição acima é evidente nas chamadas relações de vizinhança (direito de vizinhança), que embasam reclamações ambientais.

Além disso, em âmbito administrativo é possível aproveitar a legislação que trata da legitimidade e outorga aos administrados possibilidade de impugnar atos administrativos.

A via civil torna viável desfrutar do meio ambiente contra intromissões por parte de particulares. A segunda possibilita exigir anulação de atos administrativos contrários ao direito ambiental e é, por via indireta, um modo de proteção contra os particulares.

4.2.2 Direito de vizinhança e reparação do dano causado

O direito de vizinhança assegura o uso pacífico do direito de propriedade e protege seu titular contra toda intromissão ilegítima (ruídos, emissões desagradáveis, odores, invasões, etc.) realizada por seus vizinhos. Por certo que as ações contaminantes dos vizinhos podem se enquadrar como atividades molestas para a propriedade e podem gerar ressarcimentos no âmbito civil, com fundamento no direito de vizinhança.

Há quem defenda que esta forma representa uma boa saída para a proteção do meio ambiente, desobrigando uma atuação estatal, onerosa e muitas vezes menos efetiva do que a realizada pelos particulares.

4.2.3 Recurso contencioso-administrativo

O art. 45.1 da Constituição da Espanha dispõe que os poderes públicos velarão pela utilização racional de todos os recursos naturais, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida e defender e restaurar o meio ambiente.

Em que medida a atividade pública pode ser estimulada pelos administrados? Quais instrumentos processuais e jurisdicionais são oferecidos aos particulares na promoção do interesse ambiental?

No âmbito do contencioso-administrativo, o art. 28 da “Ley de Jurisdicción Contencioso-administrativa” permite a fiscalização da atividade da Administração por iniciativa dos administrados, para que a Administração atue dentro da legalidade. Como a legalidade está adstrita também às normas ambientais, que a Administração deverá cumprir e fazer

cumprir, o uso do direito reacional ou a invocação de interesses legítimos conduz à eliminação de atos e disposições ilegais da Administração e preserva o meio ambiente.

Os administrados podem impugnar, mediante interposição de recurso contencioso-administrativo ordinário, atos ou disposições da Administração quando houver interesse direto e ilegalidade do ato administrativo. Nesses casos, deve-se pleitear o reconhecimento do direito, a adoção das medidas necessárias ao seu restabelecimento e, se for o caso, também o ressarcimento por danos.

Os administrados podem, individual ou coletivamente, formular recursos quando a atuação administrativa prejudique seus interesses ambientais protegidos pelo ordenamento jurídico.

4.2.4 Ação pública e ação popular

A ação pública ou popular contemplada no art. 304 da “Ley del Suelo” possibilita que indivíduos ou grupos, sem necessidade de reunir condições especiais, imponham a qualquer Administração e, se for o caso, perante os tribunais contenciosos-administrativos a observância da normativa urbanística.

Na esfera administrativa o autor não defende interesses próprios, atua na defesa da lei, motivo pelo qual não se exige reunir requisitos especiais.

Já decidiu o Tribunal Constitucional que se há um bem jurídico e este determina a existência de um interesse legítimo coletivo-pessoal, deve ser reconhecida a legitimidade tanto coletiva como individual.

4.2.5 Alternativa subjetivista

Outra maneira de proteger o meio ambiente seria, no entendimento de Raúl Canosa Usera¹¹, qualificar como um direito subjetivo o desfrute do meio ambiente. Nesta perspectiva, o direito iria impor aos poderes públicos certos deveres, que seriam de omissão (não impedir esse desfrute), mas sobretudo de prestação (colocar à disposição do cidadão um ambiente adequado). As vias possíveis para a defesa desse direito seriam a jurisdicional civil e, frente à Administração, o contencioso-administrativo.

¹¹ USERA, 1996. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_094_075.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2010.

4.2.6 Via penal

A via penal se abre para todas as causas embasadas em supostos cometimentos de delitos ambientais. A ação popular permite a participação dos cidadãos no processo como acusadores.

A radicalidade das medidas que uma sentença condenatória traz, a necessidade de reparação por responsabilidade civil e a parca regulamentação penal não têm permitido uma ampla proliferação de sentenças penais condenatórias na Espanha.

4.2.7 Recurso de amparo

Embora alguns autores, quando comentam a possibilidade de Recurso de Amparo perante o Tribunal Constitucional para a matéria envolvendo meio ambiente, recordem que esta pretensão não pode se apoiar apenas no artigo 45.1 da Constituição da Espanha, dada a previsão do artigo 53.2, entende-se possível tal invocação em conjunto com o direito à vida, à integridade física ou moral ou à liberdade de circulação, dentre outros reconhecidos como direitos fundamentais autênticos.

Assim, é tolerável e até normal se esperar que o Tribunal Constitucional não acolha o amparo por infração ao artigo 45.1 da Constituição, mas poderá fazê-lo se houver conjugação entre direitos, o que talvez explique a motivação psicológica do recorrente, e levará à análise se houve ou não infração de direito fundamental.

4.2.8 Questão de inconstitucionalidade

Aponta-se ainda mais uma via indireta para fazer valer interesses ambientais. É a possibilidade dada a qualquer juiz ou órgão judicial de remeter ao Tribunal Constitucional questão de inconstitucionalidade (arguição de inconstitucionalidade) da lei aplicável ao caso, quando haja dúvida sobre sua constitucionalidade. O Tribunal Constitucional se pronuncia apenas sobre a legitimidade da norma questionada. Se considerada ilegal, a retira do mundo jurídico e o Juiz *a quo* não pode aplicá-la no caso concreto onde se suscitou a questão. Poderá aplicá-la se o Tribunal confirmar sua constitucionalidade.

Desta forma, os particulares que sejam partes num processo

judicial têm oportunidade de fazer valer interesses ambientais, seja suscitando perante o Juiz *a quo* a inconstitucionalidade de uma lei por infração do artigo 45 da Constituição da Espanha, seja participando no contraditório que será aberto antes da remessa ao Tribunal.

5 COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS

Para compreender a matéria analisada em cada Corte, faz-se relevante trazer a previsão constitucional sobre as competências dos Tribunais Superiores da Espanha. Faz-se, também, uma explanação sobre os Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autônomas.

Esse esclarecimento é necessário para uma correta visualização dos processos que chegam aos Tribunais Superiores, o que, como adiante se constatará, em matéria ambiental não se apresenta em números elevados, e cuja matéria envolvida é bastante restrita.

5.1 *Tribunal Constitucional*

Ao Tribunal Constitucional foram confiadas as matérias de cunho constitucional, especialmente a decisão sobre constitucionalidade de leis e atos normativos, bem como recursos de amparo por violação dos direitos e liberdades previstos na Constituição espanhola, conforme adiante demonstrado:

Artículo 161.

1. El Tribunal Constitucional tiene jurisdicción en todo el territorio español y es competente para conocer:

a) Del recurso de inconstitucionalidad contra leyes y disposiciones normativas con fuerza de ley. La declaración de inconstitucionalidad de una norma jurídica con rango de ley, interpretada por la jurisprudencia, afectará a ésta, si bien la sentencia o sentencias recaídas no perderán el valor de cosa juzgada.

b) Del recurso de amparo por violación de los derechos y libertades referidos en el artículo 53,2 de esta Constitución, en los casos y formas que la ley establezca.

c) De los conflictos de competencia entre el Estado y las Comunidades Autónomas o de los de éstas entre si.

d) De las demás materias que le atribuyan la Constitución o las leyes orgánicas.

2. El Gobierno podrá impugnar ante el Tribunal Constitucional las disposiciones

y resoluciones adoptadas por los órganos de las Comunidades Autónomas. La impugnación producirá la suspensión de la disposición o resolución recurrida, pero el Tribunal, en su caso, deberá ratificarla o levantarla en un plazo no superior a cinco meses.

5.2 Tribunal Supremo

O Tribunal Supremo tem jurisdição em toda a Espanha, e é o órgão jurisdicional superior em todas as matérias, salvo aquelas que envolvam garantias constitucionais. O Tribunal Supremo é integrado por cinco Salas, divididas em função de sua competência objetiva material. A Primeira Sala corresponde à matéria Civil; a Segunda Sala, matéria Penal; a Terceira Sala corresponde à matéria afeta ao Contencioso–Administrativo; a Quarta Sala corresponde à matéria Social e a Quinta Sala, à matéria Militar.

A previsão constitucional sobre a competência do tribunal é a seguinte:

Artículo 123.

1. El Tribunal Supremo, con jurisdicción en toda España, es el órgano jurisdiccional superior en todos los órdenes, salvo lo dispuesto en materia de garantías constitucionales.

5.3 Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autônomas

As Comunidades Autônomas possuem órgãos executivos e legislativos próprios. Contudo, o Poder Judiciário é único e as Comunidades Autônomas não possuem uma Administração de Justiça própria.

A Constituição e os respectivos Estatutos de Autonomia estabelecem um Tribunal Superior de Justiça em cada Comunidade Autônoma. Esses Tribunais são os órgãos judiciais perante os quais se esgotam as sucessivas instâncias processuais das causas iniciadas nas respectivas Comunidades, sem prejuízo da competência superior do Tribunal Supremo e do conhecimento e decisão atribuídos a órgãos jurisdicionais centrais em matérias específicas.

Os Tribunais Superiores de Justiça são compostos pelas Salas Cíveis, Penais, do Contencioso-Administrativo e do Social. Conhecem e decidem os processos de responsabilidade civil ou penal contra os Presidentes e Conselheiros das respectivas Comunidades Autônomas,

contra os membros de suas Assembleias Legislativas e contra outros cargos da administração autônoma, bem como Juizes e Magistrados dos Tribunais inferiores. Conhecem e decidem os recursos de cassação em matéria de direito próprio das Comunidades Autônomas. Conhecem e decidem os processos relativos a outras matérias reservadas pela Lei à sua competência.

Os Tribunais Superiores de Justiça recebem o nome da Comunidade Autônoma respectiva e estendem sua jurisdição a todo o respectivo território.

6 APANHADO JURISPRUDENCIAL SOBRE MEIO AMBIENTE NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ESPANHA

Das 317 decisões do Tribunal Constitucional existentes com a expressão meio ambiente¹², a grande maioria se refere à arguição de inconstitucionalidade de leis e atos normativos.

Para dar uma noção das matérias abordadas na Corte, foram trazidas algumas ementas, recordando sempre que, nas matérias afetas à constituicionalidade, em regra quando o Tribunal reconhece a inconstitucionalidade, remete o feito para que o juízo *a quo* decida. Isso justifica a pequena quantidade de decisões que efetivamente analisam e firmam entendimento sobre matéria de cunho ambiental.

STC 141/2009

La Sala Segunda del Tribunal Constitucional, compuesta por don Guillermo Jiménez Sánchez, Presidente, don Vicente Conde Martín de Hijas, doña Elisa Pérez Vera, don Eugeni Gay Montalvo, don Ramón Rodríguez Arribas y don Pascual Sala Sánchez, Magistrados ha pronunciado EN NOMBRE DEL REY la siguiente SENTENCIA

En el recurso de amparo núm. 4404-2005, promovido por don Álvaro García San Miguel Hoover, Procurador de los Tribunales y asistido por el Letrado don Andrés Morey Navarro, en representación de la Comunidad de Propietarios del Edificio Nautic de Cullera, contra la Sentencia de 14 de febrero de 2005, dictada por la Sección Tercera de la Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de Justicia de la Comunidad Valenciana, que desestimó el recurso de apelación promovido por la representación de la demandante en amparo contra la precedente Sentencia de 6 de octubre de 2003, dictada por el Juzgado de lo Contencioso-Administrativo núm.

¹² Pesquisa realizada em 02 fev. 2010, no site: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>.

4 de Valencia, que, a su vez, había estimado en parte el recurso contencioso-administrativo interpuesto por la Comunidad de Propietarios del Edificio Nautic de Cullera contra la desestimación por silencio administrativo de la petición formulada por la actora ante el Ayuntamiento de Cullera (Valencia) de que se adoptaran las medidas establecidas en el art. 18 de la Ley 3/1989 de la Generalitat Valenciana. La demanda de amparo se dirige asimismo contra la providencia de la misma Sección Tercera de la Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de Justicia de la Comunidad Valenciana, de 10 de mayo de 2005, que inadmitió el incidente de nulidad de actuaciones interpuesto por la Comunidad de propietarios recurrente contra la Sentencia núm. 304/2005, de 14 de febrero. Han comparecido el Ayuntamiento de Cullera, representado por el Procurador don Santos de Gandarillas Carmona y asistido de la Letrada doña Desamparados Sastre Casabó, y el Procurador don Luis Alfaro Rodríguez en representación de don Miguel Rodríguez Sainz de Aja. Ha intervenido el Ministerio Fiscal. Ha sido Ponente el Magistrado don Eugeni Gay Montalvo, quien expresa el parecer de la Sala.

STC 091/2009

La Sala Segunda del Tribunal Constitucional, compuesta por don Guillermo Jiménez Sánchez, Presidente, don Vicente Conde Martín de Hijas, doña Elisa Pérez Vera, don Eugeni Gay Montalvo, don Ramón Rodríguez Arribas y don Pascual Sala Sánchez, Magistrados ha pronunciado EN NOMBRE DEL REY la siguiente SENTENCIA

En el recurso de amparo núm. 6137-2003, promovido por don Cipriano Fluixá Castelló, representado por la Procuradora de los Tribunales doña Isabel Juliá Corujo y asistido por el Abogado don Javier Boix Reig, contra la Sentencia de la Sala Segunda del Tribunal Supremo de 25 de septiembre de 2003, aclarada por Auto de 30 de septiembre de 2003, que, estimando los recursos interpuestos por el Ministerio Fiscal y la acusación particular, casa la Sentencia absolutoria de la Audiencia Provincial de Valencia (Sección Segunda) de 13 de julio de 2002 y dicta segunda Sentencia que condena al recurrente como autor de un delito de prevaricación medioambiental en concurso ideal con un delito contra el medio ambiente. Ha intervenido el Ministerio Fiscal y la Procuradora doña Isabel Cañedo Vega en representación del Instituto de Defensa de Estudios Ambientales. Ha sido Ponente el Magistrado don Ramón Rodríguez Arribas, quien expresa el parecer de la Sala.

STC 199/2007

La Sala Primera del Tribunal Constitucional, compuesta por doña María Emilia Casas Baamonde, Presidenta, don Javier Delgado Barrio, don Roberto García-Calvo y Montiel, don Jorge Rodríguez-Zapata Pérez, don Manuel Aragón Reyes y don Pablo

Pérez Tremps, Magistrados ha pronunciado EN NOMBRE DEL REY la siguiente SENTENCIA

En el recurso de amparo núm. 6848-2003, promovido por la sociedad mercantil Gestora Valderas, S.A., representada por el Procurador de los Tribunales don Víctor Requejo Calvo y asistida por el Abogado don Javier Pérez Pérez, contra la Sentencia de 18 de julio de 2003 de la Sección Primera de la Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de Justicia de Murcia, que declaró la inadmisión del recurso contencioso-administrativo núm. 1643-2001, así como frente al Auto de 16 de octubre de 2003, que desestima el incidente de nulidad promovido frente a la anterior Sentencia. Han intervenido el Ministerio Fiscal y la Letrada de la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia. Ha sido Ponente el Magistrado don Manuel Aragón Reyes, quien expresa el parecer de la Sala.

STC 365/2006

El Pleno del Tribunal Constitucional, compuesto por doña María Emilia Casas Baamonde, Presidenta, don Guillermo Jiménez Sánchez, don Vicente Conde Martín de Hijas, doña Elisa Pérez Vera, don Eugeni Gay Montalvo, don Jorge Rodríguez-Zapata Pérez, don Ramón Rodríguez Arribas, don Pascual Sala Sánchez, don Manuel Aragón Reyes y don Pablo Pérez Tremps, Magistrados ha pronunciado EN NOMBRE DEL REY la siguiente SENTENCIA

En la cuestión de inconstitucionalidad núm. 8450-2005, promovida por el Juzgado de lo Contencioso-Administrativo núm. 2 de Albacete, en relación con diversos artículos de la Ley de las Cortes de Castilla-La Mancha 2/1998, de 4 de junio, de ordenación del territorio y de la actuación urbanística. Han intervenido y formulado alegaciones el Abogado del Estado, las Cortes y la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y el Fiscal General del Estado. Ha sido Ponente el Magistrado don Ramón Rodríguez Arribas, quien expresa el parecer del Tribunal

STC 187/2006, de 19 de junio de 2006

La Sala Primera del Tribunal Constitucional, compuesta por doña María Emilia Casas Baamonde, Presidenta, don Javier Delgado Barrio, don Roberto García-Calvo y Montiel, don Jorge Rodríguez-Zapata Pérez, don Manuel Aragón Reyes y don Pablo Pérez Tremps, Magistrados ha pronunciado EN NOMBRE DEL REY la siguiente SENTENCIA

En el recurso de amparo núm. 3739-2003, interpuesto por don Antonio Carmona Giménez, representado por la Procuradora de los Tribunales doña María Dolores Arcos Gómez y bajo la asistencia del Letrado don Juan Hernández Rodríguez, contra la Sentencia de la Sección Segunda de la Sala de lo Contencioso-Administrativo de

Granada del Tribunal Superior de Justicia de Andalucía de 17 de marzo de 2003, dictada en el rollo núm. 173-2001, que estimó el recurso de apelación interpuesto contra la Sentencia del Juzgado de lo Contencioso-Administrativo núm. 2 de Almería de 20 de febrero de 2001, dictada en el recurso contencioso-administrativo núm. 107-2000, interpuesto contra la Resolución del Viceconsejero de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía de 4 de abril de 2000, por la que se desestima el recurso de alzada interpuesto contra la Resolución del Delegado Provincial de Almería de la Consejería de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía de 25 de octubre de 1999, sobre sanción en materia de medio ambiente. Ha comparecido la Junta de Andalucía. Ha intervenido el Ministerio Fiscal. Ha sido Ponente el Magistrado don Pablo Pérez Tremps, quien expresa el parecer de la Sala.

Auto: 057/2005 Fecha:02/02/2005

Sala:Pleno

Magistrados: Excms. Srs. Casas Baamonde, Jiménez Sánchez, Conde Martín de Hijas, Delgado Barrio, Pérez Vera, García-Calvo y Montiel, Gay Montalvo, Rodríguez-Zapata Pérez, Rodríguez Arribas, Sala Sánchez, Aragón Reyes y Pérez Tremps
Núm. registro:3660-2003

Asunto:Conflicto positivo de competencia promovido por el Gobierno de Aragón

Fallo:Tener por desistido al Letrado del Gobierno de Aragón, en la representación que legalmente ostenta, del conflicto positivo de competencia núm. 3660-2003, planteado en relación con la Certificación de la Dirección General de Conservación de la Naturaleza del Ministerio de Medio Ambiente de 17 de febrero de 2003, sobre afección de los proyectos y actuaciones a la conservación de la diversidad en zonas de especial conservación y en zonas de especial protección de las aves, expedida en relación con el Proyecto de consolidación de la ladera y de reparación de la carretera, Congosto del Gállego, término municipal de Murillo de Gállego, declarando extinguido el proceso.

Há de se recordar, ainda, que no tópico referente ao conceito jurídico do meio ambiente – tópico 3 deste trabalho – a análise do conceito de meio ambiente e de sua abrangência foi feita por essa Corte.

7 APANHADO JURISPRUDENCIAL SOBRE MEIO AMBIENTE NO TRIBUNAL SUPREMO DA ESPANHA

Realizada pesquisa jurisprudencial sobre meio ambiente no Tribunal Supremo da Espanha, foi possível constatar a existência de

repetição de determinadas matérias. Dentre as de maior incidência, há a discussão de planos de ordenação urbana e as diversas formas de utilização de recursos e monumentos naturais, como montes, praias, baías, encostas, áreas inundáveis.

Exemplificam tais decisões as seguintes ementas:

ROJ: STS 6335/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: EDUARDO CALVO ROJAS

Nº Recurso: 446/2007 -- Fecha: 19/10/2009

Tipo Resolución: Sentencia

Resumen: Declaración de reserva en el ámbito del dominio público marítimo terrestre. Significado y alcance de la declaración de reserva. Requisitos. Estimación del recurso contencioso-administrativo y anulación del acuerdo del Consejo de Ministros por el que se declara la reserva demanial en la zona de Las Aletas de la Bahía de Cádiz

ROJ: STS 6311/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: MARIA DEL PILAR TESO GAMELLA

Nº Recurso: 3850/2005 -- Fecha: 16/10/2009

Tipo Resolución: Sentencia

Resumen: Recurso de casación. Impugnación del acto de publicación del plan. Validez y eficacia: jurisprudencia dictada al respecto.

ROJ: STS 6239/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: PEDRO JOSE YAGÜE GIL

Nº Recurso: 3908/2005 -- Fecha: 16/10/2009

Tipo Resolución: Sentencia Resumen: Urbanismo. Revisión del plan general de ordenación urbana de las palmas de gran canaria. Incongruencia omisiva y motivación de la sentencia. Suelo no urbanizable. Valoración de la prueba.

ROJ: STS 6240/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: PEDRO JOSE YAGÜE GIL

Nº Recurso: 4453/2005 -- Fecha: 16/10/2009

Tipo Resolución: Sentencia

Resumen: Urbanismo. Revisión del plan general de ordenación urbana de las palmas. Defectuosa formulación del recurso de casación. Planteamiento de cuestiones nuevas.

ROJ: STS 5039/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: PEDRO JOSE YAGÜE GIL

Nº Recurso: 3198/2005 -- Fecha: 23/07/2009

Tipo Resolución: Sentencia

Resumen: Medio ambiente. Deslinde de costas. Deseccación de terrenos para explotación de salina. Valoración de la prueba. Retroactividad en la aplicación de la Ley de Costas. Terrenos naturalmente inundables.

ROJ: STS 6542/2009

Tipo Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Municipio: Madrid -- Sección: 5

Ponente: PEDRO JOSE YAGÜE GIL

Nº Recurso: 3819/2005 -- Fecha: 30/10/2009

Tipo Resolución: Sentencia

Resumen: Medio ambiente. Deslinde de costas. Playa. Cartagena. Motivación de la sentencia. Justificación del deslinde.

Afora as citadas decisões, optou-se por trazer alguns breves comentários a outras, entendidas como relevantes, dadas as matérias envolvidas.

I) Recurso: 3054/2005

ROJ: STS 5627/2009

Id Cendoj: 28079130052009100485

Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Sede: Madrid

Sección: 5

Nº de Recurso: 3054/2005

Nº de Resolución:

Procedimiento: RECURSO CASACIÓN

Ponente: EDUARDO CALVO ROJAS

Tipo de Resolución: Sentencia

Resumen:

Estimación de Impacto Ambiental negativa por parte del Gobierno de Cantabria con relación al Proyecto del Ayuntamiento de Liendo sobre "Acondicionamiento de Terreno en el Paraje de la Hoya".

No ha lugar al recurso de casación.

EXCERTOS:

(...) SEXTO: En el supuesto de autos nos encontramos ante un Proyecto sometido a Estimación de Impacto Ambiental a través del cual se pretende un relleno parcial del Paraje de la Hoya, sito en el Monte Candina, el cual se encuentra cubierto de un manto vegetal en el que destaca especialmente la presencia de 10'6 hectáreas de encinar cántabro, las cuales desaparecerán como consecuencia de la actuación proyectada que tiene como finalidad ubicar en la zona afectada un Parque Empresarial.

SEPTIMO: Dicho monte aparecía catalogado como de Utilidad Pública, señalando el Jefe de la Sección Forestal III, en el informe emitido en fecha 5 de diciembre de 2000, que "las obras a ejecutar y el destino previsto son totalmente incompatibles con el fin y la utilidad pública que clasifica el monte. A juicio de dicho informante "siguen plenamente vigentes las condiciones que fueron determinantes para la inclusión del Monte en el Catálogo". La cuestión relativa a dicha Catalogación tiene trascendencia ya que con posterioridad a la emisión de dicho Informe el Ayuntamiento de Liendo, con fecha 30 de enero de 2001, solicita a la Dirección General de Montes y Conservación de la Naturaleza se inicie expediente para la desafectación de la parcela de la Hoya que forma parte del Monte Candina, proponiendo compensar la masa de encinar perdida como consecuencia del proyecto con la repoblación en otras zonas del 150% de la superficie del mismo que desaparecería una vez acondicionada la zona para Parque Empresarial. Un año más tarde, el día 9 de agosto de 2002, y por tanto después un mes antes de dictarse Estimación de Impacto Ambiental denegatoria, la Consejería de Agricultura, Ganadería y Montes acuerda excluir dicho parcela de "La Hoya de Candina", sita en el Monte Candina, del Catálogo de Montes de Utilidad Pública, perteneciente al Ayuntamiento de Liendo, fundamentando dicha decisión en el informe del Jefe de Sección de Espacios Naturales que señala que las

condiciones actuales de esta parcela aislada no son las mismas que las que originaron la Declaración de Utilidad Pública.

(...)

UNDÉCIMO: El Informe emitido por la Demarcación de Carreteras, ni contrario ni favorable al proyecto, sí pone de manifiesto un extremo relevante como es que la zona de la Hoya, por sus especiales condiciones medioambientales, había sido preservada del paso de la Autovía del Cantábrico, realizándose a tal efecto un trazado de la misma de mayor coste, con la finalidad de mantener el encinar existente en la misma. Dicho informe, al que también se hace alusión en la Estimación de Impacto Ambiental, pone de manifiesto el esfuerzo de la Administración Pública estatal por conservar dicha masa arbórea, “de gran interés geológico y ambiental”, como se señala en el informe, debiendo coadyuvar a dicho fin todas las Administraciones Públicas (...)

Esta Decisão reconhece a prevalência de estudo de impacto ambiental que conclui ser o projeto negativo, embaixador de denegação de autorização de implantação de projeto ao reconhecer que na eventual implantação “...*los rellenos proyectados implican la destrucción de más de 10 hectáreas de una formación de encinar de la asociación Lauro nobililis- Quercetum ilicis*”. Por conta de tal formação e do hábitat que forma, o Monte Candina constava do Catálogo de Montes de Utilidade Pública. Durante o trâmite das diversas ações, o mencionado Monte foi retirado do catálogo. A decisão reconhece que a espécie vegetal e o hábitat por ela formado é relevante e que nem a proposta de reposição da espécie em outras áreas traria a certeza de compensação de recomposição da área e hábitat original.

Mantém a impossibilidade de exploração da área.

II) Recurso: 5194/2005

ROJ: STS 5808/2009

Id Cendoj: 28079130052009100506

Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso

Sede: Madrid

Sección: 5

Nº de Recurso: 5194/2005

Nº de Resolución:

Procedimiento: RECURSO CASACIÓN

Ponente: PEDRO JOSE YAGÜE GIL

Tipo de Resolución: Sentencia

Resumen:

MEDIO AMBIENTE. ESTUDIO IMPACTO AMBIENTAL. DEFECTOS INTERPOSICION. PRUEBA.

SENTENCIA

En la Villa de Madrid, a ocho de Septiembre de dos mil nueve Visto el recurso de casación nº 5194/2005 interpuesto por el Procurador D. Roberto Primitivo Granizo Palomeque, en nombre y representación de D. Basilio , D. Dionisio , Dª Constanza y Dª Gracia , contra la sentencia dictada el 11 de julio de 2005 por la Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de Justicia de Castilla-La Mancha, (Sección Primera), en el recurso contencioso-administrativo nº 74/2002, siendo parte recurrida la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, representada por el Sr. Letrado de sus Servicios Jurídicos.

EXCERTOS:

(...) 2º.- Que el proyecto de la obra fue aprobado antes de que se llevara a cabo el Estudio de Impacto Ambiental. Así se deduce del folio 223 del expediente administrativo, donde consta que la propia aprobación del proyecto (firmada por el Sr. Consejero de Agricultura y Medio Ambiente de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha en fecha 23 de Mayo de 2001) afirma tajantemente que dicho Proyecto “esta pendiente del procedimiento administrativo establecido en la Ley 5/99 de Evaluación de Impacto Ambiental”. Esta secuencia (aprobación del Proyecto antes de la realización del Estudio de Impacto Ambiental) es contraria a lo dispuesto en el artículo 4.1 del Real Decreto 1302/86 , a cuyo tenor “con carácter previo a la resolución administrativa que se adopte para la realización, o, en su caso, autorización de la obra (...) el órgano competente remitirá el expediente al órgano ambiental (...) al objeto de que éste formule una declaración de impacto”. Este es, sin duda, el orden que impone la norma, y es el exigido por el propio sentido común, pues habrá de ser el Proyecto el que se acomode a las conclusiones del Estudio Ambiental y no subordinarse éste a un Proyecto que ya ha elegido entre las distintas posibilidades técnicas, de emplazamiento y de establecimiento de medidas correctoras. El proyecto en cuestión es disconforme a Derecho y debe ser anulado.

(...)

Essa Decisão anula Resolução do Conselheiro de Agricultura e Meio Ambiente da Junta de Comunidades de Castilla–La Mancha, que

aprovou o projeto de aquisição de terrenos, elaboração de projeto e execução das obras correspondentes ao Centro de Tratamento de Resíduos Urbanos de Talavera, uma vez que o Estudo de Impacto Ambiental não abrangeu a análise de diferentes áreas possíveis de receber tal Centro. Apenas recebeu o aceite da Administração para utilização da área apontada.

III) Recurso: 103/2005

ROJ: STS 5087/2009

Id Cendoj: 28079130052009100428

Órgano: Tribunal Supremo. Sala de lo Contencioso.

Sede: Madrid

Sección: 5

Nº de Recurso: 103/2005

Nº de Resolución:

Procedimiento: CONTENCIOSO

Ponente: MARIA DEL PILAR TESO GAMELLA

Tipo de Resolución: Sentencia

Resumen:

Medio ambiente: Emisiones. Asignación individual de derechos de emisión de gases de efecto invernadero. Imprudencia del planteamiento de cuestión prejudicial.

SENTENCIA

En la Villa de Madrid, a diecisiete de julio de dos mil nueve

Visto por la Sala Tercera (Sección Quinta) del Tribunal Supremo el recurso contencioso administrativo nº 103/2005 interpuesto por el Procurador de los Tribunales D. José María Martín Rodríguez, en nombre y representación de “Arcelor España, S.A.”, antes “Aceralia Corporación Siderúrgica, S.A.”, contra el Acuerdo del Consejo de Ministros de 21 de enero de 2005, por el que se aprueba la asignación individual de derechos de emisión de gases de efecto invernadero.

Ha sido parte demandada la Administración General del Estado, representada y defendida por el Abogado del Estado.

EXCERTOS:

(...) ANTECEDENTES DE HECHO

SEGUNDO.- (...) También se invoca la infracción del derecho de propiedad y de la libertad de desarrollo de las actividades económicas, así como el principio de seguridad jurídica. Por otro lado, se cuestiona que el cierre de una instalación determine

la pérdida de los derechos concedidos mediante la asignación, debido a las consecuencias que produce en las empresas de este sector, ante el desconocimiento de las diferentes formas de organización empresarial sobre las que incide. (...)

TERCERO .- (...) En el citado escrito de contestación, tras exponer los antecedentes legislativos y la normativa comunitaria de aplicación, declara en relación con la invalidez de la Directiva alegada que la misma no es de aplicación directa, sino que obliga al Estado miembro al resultado que deba alcanzarse (...) Respecto de la conservación de los derechos de emisión asignados durante todo el plazo de validez del Plan, en fin, se aduce la inadmisibilidad de la pretensión - por la causa prevista en el apartado a) del artículo 69 de la LJCA -- pues, se sostiene, que el acto recurrido se pronuncia sobre cuántos son los derechos de emisión, pero no lo que sucede en caso de cierre de la instalación. (...)

FUNDAMENTOS DE DERECHO

PRIMERO.- (...) La nulidad de la expresada resolución administrativa de asignación que postula la sociedad anónima recurrente en el presente recurso, como ya expusimos con mayor detalle en el antecedente segundo, se erige sobre dos bloques de motivos de impugnación. De un lado, se fundamenta “en la invalidez del marco normativo europeo que está en el origen de la referida legislación española” según recoge el escrito de demanda a modo de resumen en la delimitación del objeto del recurso. Y al hilo de este motivo se aduce la infracción de la igualdad, la libertad de empresa, el derecho de propiedad y la seguridad jurídica. De otro lado, se cuestiona la ley española que traspone a nuestro derecho interno la Directiva 2003/87 /CE, en lo relativo al cierre de una instalación y la pérdida de los derechos concedidos mediante la asignación. (...)

SEGUNDO .- (...) A tenor de esta diversidad de acciones entabladas por la recurrente en Europa, tanto ante las instituciones comunitarias como ante las jurisdicciones nacionales de Luxemburgo, Francia y España, y de las conexiones que se producen entre las mismas, acordamos suspender el recurso hasta la resolución por el TJCE de la cuestión prejudicial suscitada. (...) Pues bien, mediante Sentencia, de fecha 16 de diciembre de 2008, el TJCE ha declarado, al resolver la cuestión prejudicial suscitada por el Consejo de Estado francés, que <<El examen de la Directiva 2003/87 / CE, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 13 de octubre de 2003 , por la que se establece un régimen para el comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero en la Comunidad y por la que se modifica la Directiva 96/61 /CE del Consejo, en su versión modificada por la Directiva 2004/101 / CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 27 de octubre de 2004, en relación con el principio de igualdad de trato, no ha puesto de manifiesto ningún elemento que pueda afectar a su validez

en la medida en que dispone la aplicación del régimen de comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero al sector siderúrgico, sin incluir en su ámbito de aplicación los sectores químico y de los metales no férreos>>

TERCERO .- (...). El origen debemos situarlo, en el plano internacional, en la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático de 1992, desarrollada en 1997 por el denominado Protocolo de Kioto, que limita las emisiones de gases de efecto invernadero para los países desarrollados y con economías en transición. (...) El mentado Protocolo fue aprobado, en relación con la Unión Europea, mediante la Decisión 2002/358/CE, de 25 de abril de 2002, relativa a la aprobación, en nombre de la Comunidad Europea, del Protocolo de Kioto de la citada Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático y al cumplimiento conjunto de los compromisos contraídos con arreglo al mismo. (...) La Directiva indicada ha sido traspuesta en nuestro Derecho interno en virtud de una Ley, concretamente el Real Decreto Ley 5/2004, de 27 de agosto, que regula el régimen del comercio de derechos de emisión de gases de efecto invernadero. (...).

SEXTO .- (...) Ni los derechos de propiedad ni a la libre empresa pueden entenderse lesionados atendido el régimen jurídico que diseña la Directiva respecto del comercio de los derechos de emisión de gases, pues las limitaciones de emisión no resultan irrazonables ni exorbitantes respecto de la finalidad perseguida, y la diferencia de trato que comporta para el sector de la recurrente – siderúrgico – con los citados de contraste – químico y metales no férreos – tiene justificación objetiva y obedece a criterios racionales. (...). No resulta ocioso, a estos efectos, añadir que el TJCE viene declarando de forma reiterada, por todas SS de 29 de junio de 2006 -- asunto n° C-308/2004-- y 15 de julio de 2004 --n° C-37/2002 y 38/2002 -- que el reconocimiento de la libertad de empresa no tiene carácter absoluto sino que debe relacionarse con su función en la sociedad, de modo que las restricciones han de responder a objetivos de interés general y no constituir una intervención desmesurada e intolerable que, como ya hemos señalado, no es el caso. (...)

OCTAVO .- (...) La nulidad del acuerdo de asignación además de fundarse en la invalidez de la Directiva, se funda también en la invalidez de la citada norma legal en relación con el Derecho comunitario, por cuanto la petición subsidiaria se concreta en que se reconozca el derecho del recurrente a conservar los derechos de emisión asignados en el Acuerdo impugnado durante todo el plazo de validez del plan de asignación, al margen del cierre de las instalaciones, es decir, prescindiendo de lo que dispone el artículo 7 y 26.4 del citado RD Ley 5/2004. De modo que atendiendo a la posición de este Tribunal Supremo respecto de la Ley, ex artículo 117.1 de la CE, nuestro enjuiciamiento ha de limitarse a contrastar la Directiva 2003/87/CE y el citado RD Ley, pues ni se invocan cuestiones relativas a la recta interpretación

de la Ley citada sobre el acto administrativo de aplicación ahora recurrido, ni tampoco podemos abordar en plenitud las cuestiones suscitadas como si se tratara de la impugnación directa del ejercicio de una potestad reglamentaria, cuando estamos ante una norma con rango de ley. Ciertamente el sistema de fuentes del Derecho comunitario distingue a las Directivas por dos notas básicas, de un lado, imponen al Estado una obligación de resultado, permitiendo la elección de la forma y los medios de cumplimiento y, de otro, requieren la intervención normativa de los Estados miembros para su “transposición” al derecho interno. (...) Así es, la transferencia de los derechos de emisión del artículo 12 impone a los Estados miembros que “velarán por que los derechos de emisión puedan transferirse” y también “velarán por que se reconozca los derechos de emisión expedidos por una autoridad competente”. Y el RD Ley expresado en el artículo 26.4 dispone que el registro no transferirá a la cuenta de haberes de la Administración a la del titular de la instalación cuando se haya extinguido la autorización de la instalación por alguna de las causas del artículo 7, es decir, por el cierre de la instalación, prevista en el apartado a/. Previsión acorde con lo que establece el artículo 21.3 del mismo texto legal que dispone que los “derechos de emisión sólo podrán ser objeto de su transmisión por parte de su titular una vez expedidos y transferidos a su cuenta”. De modo que entender que las normas internas sujetan la transmisión a más requisitos que la comunitaria no puede prosperar porque no puede transmitirse lo que no se tiene y no se encuentra a su disposición lo que todavía no ha sido entregado. Por ello, cuando la norma comunitaria alude a que los derechos puedan “transferirse” y que “derechos de emisión expedidos”, y la norma de derecho interno se refiere a “expedidos y transferidos a su cuenta” se produce una identidad respecto del momento desde el que pueden transferirse que no es desde que se produce su asignación como defiende la parte recurrente, pues tal interpretación no se deduce de forma exclusiva y excluyente del contenido de la Directiva.

Versa essa Decisão sobre autorização de emissão e comércio de gases de efeito estufa, por empresa que obteve a autorização, mas fechou a planta. A empresa tinha pretensão de manter o direito de emissão de gases. A decisão embasa-se no Direito Internacional (invocando, inclusive, o Tratado de Kyoto), no Direito Comunitário e no direito interno espanhol. Reconhece, ao final, que a empresa não tem o direito de manter o direito de emissão e consequentemente de comércio de crédito de carbono. Remete a uma série de decisões do Direito Comunitário e reconhece a aplicabilidade dos Tratados Internacionais como norteadores da atividade interna.

8 CONCLUSÃO

A Constituição da Espanha traz expressamente o direito a um meio ambiente adequado. Contudo, pairam dúvidas sobre a efetividade de tal previsão, diante da inexistência de lei de âmbito nacional regulamentadora das formas de buscar a tutela jurisdicional. Embora a Constituição, na distribuição de competências, traga, em seu artigo 148, diversas competências das Comunidades Autônomas em matéria de meio ambiente, e no artigo 149.1.23 preveja como competência do Estado a legislação básica sobre proteção do meio ambiente, sem prejuízo da faculdade das Comunidades Autônomas de estabelecer normas adicionais de proteção, não se vislumbra também, nessa divisão, efetividade sobre a aplicabilidade da previsão de proteção ao meio ambiente. Ao contrário, isso pode resultar em sobreposição de competências e prejuízos à proteção do meio ambiente¹³.

O próprio conceito e alcance de meio ambiente gera controvérsias no meio jurídico espanhol, o que mereceu análise e manifestação do Tribunal Constitucional que trouxe seus contornos.

Considerando que tal direito não está listado dentre aqueles que possuem eficácia plena para serem invocadas apenas com base na Constituição (direitos subjetivos absolutos), têm sido encontradas outras formas para buscar a tutela estatal. A sobreposição do conteúdo do direito ao meio ambiente com o conteúdo de outros direitos de diferentes categorias tem sido bastante usual.

Ao buscar a tutela jurisdicional, são utilizadas, dentre outras, as seguintes vias, para a proteção de interesses do meio ambiente frente aos poderes públicos e frente aos particulares: I) Alternativas, assim considerada a invocação de outros direitos, tendo como pano de fundo o meio ambiente, que influencia amplamente a vida social; II) Um desses exemplos é a invocação do direito de vizinhança, que assegura o uso pacífico do direito de propriedade e protege seu titular contra toda intromissão ilegítima (ruídos, emissões desagradáveis, odores, invasões, etc.) realizada por seus vizinhos; III) Recurso contencioso-administrativo, que permite aos

¹³ Neste sentido manifestou-se o Tribunal Constitucional “la colaboración, la articulación recíproca, la interacción positiva y la acción conjunta operan sin perjuicio y con independencia del reparto territorial de competencias. Sin embargo, ambos planos suelen confundirse, por lo que se derivan consecuencias negativas para la protección del medio ambiente” (SSTC 149/1991, 13/1992, 80/1993, 36/1994, 15/1998).

administrados impugnar atos ou disposições da Administração quando houver interesse direto e ilegalidade do ato administrativo; IV) Ação pública e ação popular, que possibilita que indivíduos ou grupos, sem necessidade de reunir condições especiais, exijam de qualquer Administração e, se for o caso, perante os tribunais contenciosos-administrativos a observância de normativas urbanísticas; V) Aponta-se ainda a alternativa subjetivista, que consiste em qualificar como um direito subjetivo o desfrute do meio ambiente; VI) A via penal se abre para todas as causas apresentadas por suposta prática de delitos ambientais; VII) O Recurso de Amparo perante o Tribunal Constitucional pode ser invocado, desde que se apoie não apenas no artigo 45.1 da Constituição da Espanha, mas em conjunto com o direito à vida, à integridade física ou moral ou à liberdade de circulação, dentre outros reconhecidos como direitos fundamentais autênticos. VIII) Por fim, a Questão de Inconstitucionalidade (arguição de inconstitucionalidade) apresenta-se como uma oportunidade de fazer valer interesses ambientais, seja suscitando perante o Juiz *a quo* a inconstitucionalidade de uma lei por infração do artigo 45 da Constituição da Espanha, seja participando no contraditório que será aberto antes da remessa ao Tribunal.

A competência dos diferentes tribunais é crucial para ditar a quantidade de causas analisadas em cada Corte, bem como a profundidade dos debates envolvendo matéria inerente ao meio ambiente.

Do apanhado jurisprudencial analisado, depreende-se que o Tribunal Constitucional tem sido ainda conservador no recebimento de causas que envolvam matéria ambiental. Embora haja expressa previsão constitucional sobre o direito de desfrutar do meio ambiente, tem prevalecido na Corte o entendimento de que esse não é um direito subjetivo absoluto invocável apenas com base no texto constitucional.

O Tribunal Supremo tem uma gama bem mais variada de matérias, onde se constata várias causas em que há a discussão de planos de ordenação urbana e as diversas formas de utilização de recursos e monumentos naturais, como montes, praias, baías, encostas, áreas inundáveis.

Aos Tribunais Superiores de Justiça cabe a análise de quase toda a matéria envolvendo meio ambiente, contudo não foi realizado apanhado jurisprudencial por estar fora da proposta do trabalho.

Da análise realizada, constata-se a necessidade de regulamentação, por lei, do texto constitucional, sob pena de as previsões sobre o meio ambiente acabarem como letra morta ou, pelo menos, como matéria de

segunda linha, relegada sempre a um papel coadjuvante, uma vez que precisa estar sempre vinculada a outro direito com efetiva proteção constitucional.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Ivo Luis Figueroa. El derecho a un medio ambiente adecuado en la Constitución Española de 1978. **Revista Electrónica de Derecho Ambiental**. n. 17, Junho 2008. Disponível em: <<http://vlex.com/vid/41651428>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. **Constituição Espanhola de 1978**. Disponível em: <<http://constitucion.rediris.es/legis/1978/ce1978.html#a55>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. Auto 57/2005. Conflito Positivo de Competência n. 3660-2003. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. STC 187/2006. Recurso de Amparo n. 3739-2003. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. STC 365/2006. Cuestión de Inconstitucionalidad n. 8450-2005. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. STC 199/2007. Recurso de Amparo n. 6848-2003. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. STC 091/2009. Recurso de Amparo n. 6137-2003. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Constitucional. STC 141/2009. Recurso de Amparo n. 4404-2005. **Portal do Tribunal Constitucional de España**. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.es/es/jurisprudencia/Paginas/Buscador.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 5039/2009. Recurso n. 3198/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 5087/2009. Recurso n. 103/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 5627/2009. Recurso n. 3054/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 5808/2009. Recurso n. 5194/2007. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 6239/2009. Recurso n. 3908/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 6240/2009. Recurso n. 4453/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 6311/2009. Recurso n. 3850/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 6335/2009. Recurso n. 446/2007. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

ESPANHA. Tribunal Supremo. ROJ: STS 6542/2009. Recurso n. 3819/2005. **Portal del Tribunal Supremo**. Disponível em: <<http://www.poderjudicial.es/search/index.jsp>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

FUENTES BODELÓN, Fernando. La calidad de vida y el derecho.

In: La calidad de vida en el proceso de humanización. Madrid: Medio Ambiente, CEOTMA, ASELCA-ASITEMA, 1980.

GIANNINI, Máximo Severo. Ambiente: saggio sui diversi suoi aspetti giuridici. **Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico.** n.I, 1973.

JORDANO FRAGA, Jesús. **La protección del derecho a un medio ambiente adecuado.** Barcelona: José María Bosch Editor, 1995.

LOPEZ RAMON, Fernando. Ideas acerca de la intervencion administrativa sobre el medio ambiente. *In: Derecho Administrativo.* n. 190, Abril-Junho, 1981.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de Derecho Ambiental.** vol. I. Madrid: Trivium, 1991.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **La seguridad jurídica.** Barcelona: Ariel, 1991.

RODRIGUEZ RAMOS, Luis. El medio ambiente en la constitucion espanola. *In: Derecho y medio ambiente.* Madrid: CEOTMA, 1981.

USERA, Raúl Canosa. Aspectos Constitucionales del Derecho Ambiental. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época).** n. 94, Octubre-Diciembre 1996. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_094_075.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2010.

Recebido em 17/02/2011
Aprovado em 22/06/2011